

BRICS: surgimento e evolução

Maria Edileuza Fontenele Reis¹

Introdução

Em comentário proferido recentemente por ocasião das comemorações do centenário de morte do Barão do Rio Branco, o Ministro Antonio Patriota afirmou que:

um grande legado dele [Barão do Rio Branco] é a capacidade de apreensão das mudanças. Na época em que o dinamismo econômico e o eixo de poder mudavam da Europa para os EUA, teve a capacidade de estabelecer uma boa relação com os EUA. Transferido para hoje, seria a capacidade de você se coordenar com os BRICS².

As palavras do Ministro Patriota dão a dimensão da crescente relevância dos BRICS no cenário internacional. Assim, não surpreende que haja uma miríade de comentaristas dedicados a explicar melhor o que é BRIC³, ou BRICS⁴, e o que se pode esperar desse grupo.

¹ Embaixadora, Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores e *shepa* do Brasil nos BRICS e no IBAS; encarregada das relações do Brasil com a Ásia Central, do Sul e do Leste e com a Oceania, bem como dos mecanismos inter-regionais de cooperação (BRICS, IBAS, ASA, ASPA, Foco de Cooperação América Latina-Ásia do Leste - FOCALAL e G15).

² *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/25004-os-brics-sao-hoje-os-eua-da-epoca-de-rio-branco-diz-patriota.shtml>>.

³ Acrônimo concebido pelo economista Jim O'Neill, do banco de investimentos Goldman Sachs, no estudo "Building Better Global Economic BRICs", para designar o grupo de países integrado por Brasil, Rússia, Índia e China, caracterizados como economias emergentes destinadas a ocupar posição de crescente relevância na economia mundial. O relatório pode ser lido em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

⁴ Sigla decorrente da incorporação da África do Sul, decidida na reunião de Chanceleres do BRIC, realizada à margem da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2010, e formalizada por ocasião da 3ª Cúpula do Agrupamento, em Sanya, na Província de Haynan, na China, em 14 de abril de 2011.

Há quem classifique o grupo como um novo centro de influência em uma estrutura multipolar de poder que passaria a reger a ordem internacional no século XXI; há quem se indague, nessa ordem de ideias, a que lugar aspirariam esses países nessa nova estrutura de poder; há quem defenda que eles mudaram a perspectiva pela qual vemos o mundo⁵; há aqueles que, com ceticismo, não vislumbram qualquer futuro para um grupo de países tão diversos histórica e culturalmente e com interesses econômicos por vezes conflitantes. Entre esses há os que acreditam que os BRICS não passam de um conjunto de personagens improváveis de uma fábula ingênua⁶. Há aqueles que o classificam como apenas mais uma sigla de existência efêmera na sopa de letras preparada pelos bancos de investimento⁷; há quem o desqualifique severamente, indicando serem os esses países incapazes de ajudar no aporte de recursos para o Fundo Europeu de Estabilização⁸; e há quem se simplesmente pergunte: “os BRICS existem?”⁹.

Há ainda quem alimente suspeitas de que o grupo BRICS esteja se formando em detrimento dos interesses do “Ocidente”¹⁰. No entanto, há quem defenda, mesmo dentro do *establishment* editorial do “Ocidente”, que os países do agrupamento devem perseverar na busca de maior influência política, reconhecendo que suas reuniões de Cúpula não visam substituir as organizações internacionais estabelecidas¹¹.

Essas percepções sobre os BRICS, muitas das quais voltadas para aspectos de política internacional, não poderiam decorrer unicamente da sigla formulada pelo banco Goldman Sachs. O grupo BRIC como instrumento de *marketing* financeiro, e que recentemente completou dez anos de existência, vem cumprindo de maneira exitosa seu papel quanto à atração de investidores, fazendo fortunas (e a fama do autor do acrônimo) e indo muito além dos prognósticos sobre o crescimento das economias de Brasil, Rússia, Índia e China¹². Há, contudo, outras siglas criadas por instituições financeiras que são bem-sucedidas no que diz respeito à atração

⁵ LAÍDI, Zaki. Os BRICS e o novo equilíbrio mundial. *Valor Econômico*, 27 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/890013/os-brics-e-o-novo-equilibrio-mundial>>.

⁶ TAINO, Danilo. BRIC – A sigla do mundo de amanhã. *Corriere della Sera*, 6 out. 2011.

⁷ BRIC-a-Brac. *The Economist*, Londres, 22 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/17493468>>.

⁸ KURLANTZICK, Joshua. Don't Bet on the BRICS. Council on Foreign Relations, 3 nov. 2011.

⁹ William Waack, em entrevista com a Diretora-Gerente do FMI, Christine Lagarde, em 3 de dezembro de 2011, no programa Painei, do canal Globo News. O vídeo pode ser visto em <http://globo.tv/globo.com/globo-news/globo-news-painei/t/todos-os-vidEOS/v/christine-lagarde-se-considera-um-animal-do-fmi/1718879>. A resposta foi: “Yes, and I have seen them”.

¹⁰ Philip Steephens, no artigo “That Wall of the BRICS could Collapse” (*The Financial Times*, 28 nov. 2011), escreve que “to lump together China and India, Brazil and Russia is to nourish a narrative that the new global order is best defined as a contest between the West and the rest”.

¹¹ WAGSTYL, Stefan. BRICS at 10: not dead yet. *The Financial Times*, 5 dez. 2011.

¹² Segundo estudo da Goldman Sachs de 2003 (“Dreaming with BRICs: The Path to 2050”), o Brasil passaria a Itália como sétima maior economia mundial apenas em 2025. Em vez disso, o Brasil ultrapassou o Reino Unido em 2011, e se tornou a 6ª maior. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/brics-dream.pdf>>.

de investimentos. Menciono os acrônimos N-11 (*Next Eleven*), também cunhado pela Goldman Sachs (incluindo Indonésia, Bangladesh, Egito, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã); CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul), concebido pelo HSBC; e VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina), criado por instituições japonesas. Caso os BRICS não tivessem se estabelecido como mecanismo político diplomático, possivelmente o acrônimo tivesse hoje *status* semelhante ao dessas outras siglas.

Assim, o que causa espanto, perplexidade, ceticismo, admiração, receio ou esperança não é o conceito destinado a identificar economias com imenso potencial de crescimento nas próximas décadas, mas sim o surgimento dos BRICS como mecanismo político-diplomático que se constitui em um momento de redesenho da governança global, em que se torna cada vez mais aguda a percepção do *déficit* de representatividade e, portanto, de legitimidade, das estruturas gestadas no pós-guerra.

O presente texto busca discorrer sobre a formação e a evolução do grupo como mecanismo político-diplomático. Como *sherpa* brasileira dos BRICS, encarregada das negociações relativas aos diferentes aspectos da agenda do fórum, bem como da organização das reuniões de Ministros e de Chefes de Estado e de Governo, buscarei apresentar, a seguir, como o agrupamento se formou, como evoluiu e o que realizou, de fato, até o momento. Espero, assim, contribuir para o debate sobre o que aguardar dos BRICS no futuro.

Antecedentes

Ainda no início da década de 1990, quando o mundo estava mudando e não se sabia com clareza em que direção, eram abundantes as reflexões sobre como se configuraria a ordem internacional. Naquela época, na Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico do Itamaraty, onde trabalhei de 1989 a 1995, traçávamos cenários de futuras parcerias promissoras com países que, a exemplo do Brasil, eram detentores de vastos territórios, grandes populações, ricos em recursos naturais e detinham certo grau de desenvolvimento científico e tecnológico. Esses países eram a Rússia, a Índia e a China. No plano das relações bilaterais, os três países – e também a África do Sul – figuram entre os mais importantes parceiros estratégicos do Brasil, sendo que a relação do Brasil com a China foi alçada a esse patamar ainda em 1993¹³. Esses países também figuravam

¹³ A parceria estratégica com a China foi a primeira a ser estabelecida pelo Brasil, refletindo a perspectiva de longo prazo do relacionamento bilateral e o elevado grau de complementaridade que identificamos na relação com aquele país. O Satélite

em diversos estudos influentes da década de 1990. George Kennan utilizou a expressão “*monster countries*” para descrever EUA, China, Rússia, Brasil e Índia, em seu livro *Around the Cragged Hill*, de 1994. Na mesma ordem de ideias, o economista Roberto Macedo propôs a formulação “países baleia”, que, por sua vez, foi recuperada e difundida em 1997 por Ignacy Sachs, no artigo “*Two Whales in the Global Ocean*”, que faz referência à Índia e menciona ainda China e Rússia como outras “baleias”.

Apesar do notável peso desses países, seria difícil conceber, na década de 1990, a formação de um agrupamento como os BRICS de hoje, não apenas porque cada país enfrentava dificuldades internas, de ordem política ou econômica, mas também porque o G7 (agrupamento formado por Canadá, França, Itália, Alemanha, EUA, Japão e Reino Unido) representava, então, o núcleo duro do poder econômico. Contudo, o cenário político e econômico mudou significativamente desde então. Nos primeiros anos do século XXI, a China ascendeu ao posto de segunda economia do mundo e de maior exportadora global (2010); o Brasil passou à posição de sexta maior economia do planeta (2011); a Índia mantém elevadas taxas de crescimento anual, sendo a nona maior economia; a Rússia recuperou sua autoestima com base na estabilidade econômica, situando-se como a décima primeira maior economia¹⁴; e a África do Sul apresenta-se ao mundo reconstruída em sua dignidade nacional com o fim do *apartheid* e com o fortalecimento de sua democracia e de sua economia.

Atualmente, os países dos BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB *per capita*), 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008. Ademais, de acordo com a previsão divulgada pelo FMI em 24 de janeiro de 2012, os países do grupo deverão contribuir com 56% do crescimento do PIB mundial em 2012. A contribuição do G7 para o crescimento da economia mundial será de 9%, menor que a da América Latina (9,5%).¹⁵ Sobressaem, ainda, diversas outras características dos membros do agrupamento. Brasil, Rússia, Índia e China são os únicos países – além dos EUA – que

Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) traduz uma das mais relevantes parcerias em alta tecnologia entre dois países em desenvolvimento. A China é o principal parceiro comercial do Brasil (US\$ 77 bilhões de comércio bilateral em 2011, com superávit de US\$ 11 bilhões para o Brasil). Em 2002, foi estabelecida a parceria estratégica do Brasil com a Rússia, país com o qual desenvolvemos importante cooperação na área espacial, com ênfase no Veículo Lançador de Satélites (VLS) brasileiro (em 2005, a parceria estratégica com a Rússia foi formalizada). A parceria estratégica com a Índia já aparece em declarações bilaterais a partir de 2003. A África do Sul é parceira estratégica do Brasil desde 2010, com a qual desenvolvemos importantes atividades nos campos econômico-comercial, agrícola, científico-tecnológico, educacional, entre outros.

¹⁴ Dados de 2010 para PIB nominal. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default>.

¹⁵ Dados disponíveis em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/01/daily-chart-10>> e <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/NEW012412A.htm>>.

possuem ao mesmo tempo (a) área territorial acima de dois milhões de quilômetros quadrados, (b) população acima de 100 milhões de pessoas e (c) PIB nominal acima de US\$ 1 trilhão. A título de comparação, Austrália e Canadá compartilham área territorial extensa e grande PIB, mas possuem população menor que 100 milhões de habitantes. Japão e México, por sua vez, possuem PIB acima de US\$ 1 trilhão e mais de 100 milhões de habitantes, mas contam com territórios menores que dois milhões de quilômetros quadrados.

A despeito de suas credenciais, Brasil, Índia, China e África do Sul não eram, até recentemente, chamados a participar do principal diretório econômico mundial: o G8 (agrupamento formado pelos países do G7, com participação adicional da Rússia). Quando essa realidade tornava-se tão constrangedora quanto insustentável, esses Estados, juntamente com o México passaram a ser convidados a “tomar o café” após o banquete do G8, no chamado processo de “*outreach* G8+5”, iniciado em Gleneagles (Escócia), durante a presidência britânica do G8 (2005). Talvez para não configurar uma incorporação desses cinco países ao G8, outros parceiros eram circunstancialmente convidados para as reuniões de Cúpula, conforme o interesse do país anfitrião. Por exemplo, a Coreia do Sul esteve em Hokkaido (Japão, 2008); e o Egito, em L’Aquila (Itália, 2009). Bertrand Badie, ao comentar a Cúpula realizada em L’Aquila, observa que a geometria da reunião foi de extraordinária complexidade, de modo a projetar a imagem do G8 como centro do poder mundial: “*Le G8 s’est ainsi réuni tout seul, puis avec Le G5 (Brésil, Chine, Inde, Afrique du Sud, Mexique)*”¹⁶. É importante notar que esse “tomar o café” significava ser informado das decisões adotadas – os cinco países do *outreach* não participavam do debate sobre os rumos da economia mundial. Isso traduzia a percepção do G8 de que países como Itália e Canadá tinham papel mais importante nas decisões sobre a economia global do que China, Brasil e Índia. Esse mesmo tipo de percepção se refletia em outros foros internacionais. Até 2007, por exemplo, o Brasil tinha apenas a 18ª quota de votos no FMI (1,3%), menos que Holanda ou Bélgica¹⁷. Um editorial da revista britânica *The Economist*, de 20 de abril de 2006, intitulado “*Reality check at the IMF*”, chegou a argumentar: “*it is absurd that Brazil, China and India have 20% less clout within the fund than*

¹⁶ BADIE, Bertrand. *La diplomatie de connivence*. Paris: Editions La Découverte, 2011. p. 126. Observe-se que a Cúpula de L’Aquila (julho de 2009) se realiza após a participação de Brasil, China, Índia e África do Sul nas Cúpulas do G20 em Washington (2008) e Londres (abril de 2009), e pouco antes da Cúpula de Pittsburgh (setembro de 2009).

¹⁷ O editorial da revista britânica *The Economist*, de 20 de abril de 2006, intitulado “*Reality check at the IMF*”, chegou a argumentar: “É um absurdo que Brasil, China e Índia tenham 20% menos poder dentro do Fundo que Holanda, Bélgica e Itália, embora essas economias emergentes sejam quatro vezes maiores do que as europeias, ajustando-se a diferença de moedas”.

*the Netherlands, Belgium and Italy, although the emerging economies are four times the size of the European ones, once you adjust for currency differences*¹⁸.

O início do século XXI passou a explicitar de modo contundente o que o Brasil (e outros países) apontava há décadas – a falta de representatividade e, portanto, de legitimidade das instituições internacionais gestadas no pós-guerra. Como aponta o Embaixador Gelson Fonseca, “Desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente na entrada do século XXI, existe uma demanda de ordem e não se tem claro quem vai produzir a oferta”¹⁹. Essa circunstância abriu espaço para a conformação de novas instâncias de articulação e de coordenação envolvendo países em desenvolvimento. É nesse contexto, e com esse espírito, que se constituíram, em 2003, o fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), sem qualquer prognóstico de instituições econômicas, e as Cúpulas birregionais ASA (América do Sul-África) e ASPA (América do Sul-Países Árabes). Esses mecanismos diferem dos blocos de integração regional, formados com base em contiguidade territorial ou relações de vizinhança (MERCOSUL, UNASUL e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CALC/CELAC). Pela abrangência de suas agendas, diferenciam-se também de outros grupos dos quais o Brasil faz parte, como o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) que trata exclusivamente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; o BASIC, que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China nas negociações sobre mudança do clima; ou o G20, centrado na agenda econômica global.

A conformação dos BRICS é posterior à formação do IBAS, da ASA e da ASPA, mas segue os mesmos princípios. Surge antes para complementar a governança global do que para com ela competir. Iniciou-se de maneira informal em 2006, com almoço de trabalho, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), coordenado pelo lado russo. Em 2007, o Brasil assumiu a organização do referido almoço à margem da AGNU e, nessa ocasião, constatou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de chanceleres do BRIC. A primeira reunião formal de chanceleres realiza-se já no ano seguinte, em 18 de maio de 2008, em Ecaterimburgo, marcando o momento em que o BRIC deixou de ser uma sigla que identificava quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornar uma entidade político-diplomática. É importante registrar que o nascimento dessa entidade não se dá por recomendação de Ministros das Finanças,

¹⁸ Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6826176>>.

¹⁹ FONSECA, JR., Gelson. “BRICS: notas e questões”, texto para seminário sobre BRICS organizado pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), FAAP-SP, 6 de dezembro de 2011.

mas a partir da iniciativa de dois experientes e brilhantes diplomatas, especialistas em relações internacionais: o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim²⁰, e o Chanceler da Rússia, Embaixador Sergey Lavrov. No Comunicado Conjunto acordado em Ecaterimburgo, Brasil, Rússia, Índia e China destacam os seguintes pontos de consenso:

- fortalecimento da segurança e da estabilidade internacionais;
- necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países;
- fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central;
- necessidade de reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz;
- China e Rússia registraram apoio às aspirações do Brasil e Índia de desempenhar maior papel nas Nações Unidas;
- apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos;
- favorecimento do desarmamento e da não proliferação;
- condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações;
- reconhecimento da importância da cooperação internacional para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima;
- reiteração do compromisso de contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza; e
- acolhimento da sugestão do Brasil de organizar reunião de Ministros das Finanças dos BRICS para discutir temas econômicos e financeiros. Desde então, as reuniões têm sido pelo menos anuais.

Para um primeiro encontro, foi notável o número de áreas em que se verificaram posições coincidentes. Isso não é pouco, especialmente se considerarmos que os integrantes do grupo são países com forte tradição diplomática e caracterizados tanto pela independência de suas políticas externas quanto pelo profundo compromisso com o reforço do multilateralismo²¹. Em julho de 2008, os Chefes de Estado e de Governo

²⁰ Em seu livro *Conversas com jovens diplomatas*, o Ministro Celso Amorim comenta, a propósito da formação dos BRICS: "É aquilo que, curiosamente, revendo minhas notas de 2003, costumávamos chamar, às vezes, de G3+2: G3 era o IBAS, e +2 eram Rússia e China" (p. 461).

²¹ O Brasil tem atuação global e mantém relações diplomáticas com todos os países-membros da ONU. Assim como a China, é membro de 73 instituições internacionais, atrás apenas, entre os BRICS, da Rússia, que participa de 79, mas à frente da

dos BRICS se reuniram pela primeira vez, de maneira informal, à margem da Cúpula do G8 (Hokkaido, 9 de julho). Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dmitri Medvedev (Rússia) e Hu Jintao (China), além do Primeiro-Ministro Manmohan Singh (Índia), instruíram seus chanceleres a organizar uma reunião de Chefes de Estado e de Governo do BRIC. Ainda em 2008, realizou-se em São Paulo, em 7 de novembro, o primeiro Encontro de Ministros de Finanças do BRIC, recomendado pelo Brasil na reunião de Chanceleres de Ecatrimburgo (maio). Note-se, assim, que naquele ano de 2008, os países dos BRICS já trabalhavam em uma agenda econômica, antes da quebra do banco Lehmann Brothers (setembro), e também antes da primeira reunião do G20 em nível de Chefes de Estado e de Governo (a primeira Cúpula do G20 se realizou em 14 e 15 de novembro de 2008, em Washington). Desde 2009, os BRICS vêm se reunindo anualmente na forma de encontros de Cúpula.

Primeira Cúpula

A Primeira Cúpula (Ecatrimburgo, 16 de junho de 2009) se realizou sob o impacto da crise iniciada em 2008, de maneira que os temas econômicos tiveram proeminência. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam, logo no primeiro parágrafo da Declaração, *“the central role played by the G20 Summits in dealing with the financial crisis. They have fostered cooperation, policy coordination and political dialogue regarding international economic and financial matters”*. Poucos meses depois, na Cúpula do G20 em Pittsburgh (24 e 25 de setembro de 2009), o G20 foi efetivamente designado como *“premier forum”* para a cooperação econômica internacional, como propugnaram os países dos BRICS na Declaração de Ecatrimburgo.

Os líderes desses países se comprometeram, ainda, a avançar na reforma das instituições financeiras internacionais, de maneira a refletir as mudanças na economia global, e afirmaram a percepção de que os países emergentes e em desenvolvimento deveriam ter mais voz e representação naquelas instituições. A coordenação dos BRICS nessa temática tem recebido grande visibilidade, uma vez que resultados tangíveis têm sido alcançados, como o progresso da reforma das quotas no FMI e no Banco Mundial. Isso tem beneficiado não apenas os países dos BRICS, mas muitos outros países em desenvolvimento²².

Índia (72), e da África do Sul (60). Fonte: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2107.html>>.

²² A 14ª revisão geral das quotas do FMI resultará, quando concluída, na transferência de mais de 6% de quotas de países sobrerrepresentados para países sub-representados. Resultará, também, na transferência de mais de 6% de quotas

A vertente da coordenação na área econômico-financeira desenvolveu-se de maneira expressiva em 2009. Apenas naquele ano, os Ministros das Finanças do BRIC haviam se encontrado em Horsham (13 de maio), em Londres (4 de setembro) e em Pittsburgh (24 e 25 de setembro).

No entanto, o BRIC ainda não tinha como certa a continuidade de sua existência. Como recorda o Ministro Celso Amorim, o Brasil, ao detectar certa hesitação quanto à organização de nova cúpula dos BRICS, ofereceu-se para sediar o próximo encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICS²³.

Segunda Cúpula

A Segunda Cúpula, realizada em Brasília, em 15 de abril de 2010, aprofundou a concertação política entre seus membros. No Comunicado Conjunto, os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se pela confirmação do G20 como principal foro de coordenação e cooperação econômica internacional e registraram ser o G20 um foro mais representativo. Sublinharam, novamente, a necessidade de reformas ambiciosas das instituições de Bretton Woods.

A grande novidade dessa Cúpula, no entanto, foi o crescimento exponencial, em 2010, das iniciativas de cooperação intra-BRICS, com a realização, entre outros eventos, da Primeira Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU (Nova York, 22 de fevereiro), que resultou na publicação de duas obras com estatísticas conjuntas dos países do BRIC²⁴; o 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC (Brasília, 1 a 12 de março); o 1º Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC (Moscou, 26 de março); o Encontro de Presidentes de Bancos de Desenvolvimento do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril), que resultou na assinatura de Memorando de Entendimento entre os referidos

para economias emergentes e países em desenvolvimento. No caso de países dos BRICS, China, Índia e Brasil, que representavam, respectivamente, a 2ª, a 4ª e a 8ª maiores economias do mundo (PIB PPP) em 2010, ocupavam apenas 7, 8ª e 13ª principais posições no universo de cotistas do Banco Mundial, e a 9ª, 13ª e 17ª posições no FMI. Com a implementação das reformas de governança e poder de voto, essas economias passarão a ocupar, respectivamente, a 3ª, 7ª e a 12ª posições no Banco Mundial, e a 3ª, 8ª e 10ª posições no FMI. Por sua vez, a Rússia (que ocupava a 10ª posição no Banco Mundial e no FMI) passará a ocupar a 8ª posição no Banco Mundial e a 9ª no Fundo. Fonte: <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/quotas.htm>>.

²³ AMORIM, Celso. *Carta Capital*, 25 abr. 2011: "É o que se nota ao longo desse processo? Primeiro, obviamente, a consolidação do grupo. Quando o Brasil propôs sediar a reunião do ano passado, a oferta foi aceita quase como um gesto de cortesia para com o presidente Lula, já que se tratava do final do seu mandato. Agora, sem que nada equivalente esteja ocorrendo, já se fixou a próxima cúpula para o ano que vem na Índia. Em suma, os líderes dos BRICS já não têm dúvidas sobre a importância de se reunir para discutir a cooperação entre eles e temas de interesse global, das finanças ao comércio, da energia à mudança do clima".

²⁴ As publicações podem ser encontradas no endereço eletrônico <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/livros-artigos-e-textos-academicos/view>>.

bancos; o 1º Seminário de *Think Tanks* do BRIC (Brasília, 14 e 15 de abril); o Encontro de Cooperativas do BRIC (Brasília, 15 e 16 de abril); o Fórum Empresarial do BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril); e a Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril), sendo que o primeiro evento havia sido realizado em 2009.

Essas iniciativas contribuem para criar um mecanismo cujas atividades não se resumem a um exercício de Cúpula a Cúpula, mas que propicia uma interação intensa e contínua entre seus membros em diferentes áreas. O Fórum Empresarial, por exemplo, tem oferecido ocasião para o contato entre empresários e líderes políticos, com vistas a estimular o comércio intra-BRICS, cujo potencial é vasto. O valor do comércio BRICS-Mundo passou de US\$ 1 trilhão em 2002 para US\$ 4,6 trilhões em 2010, sendo que o comércio intra-BRICS foi de US\$ 220 bilhões em 2010 (estimativa). A título de comparação, o comércio intra-BRICS em 2002 era de apenas cerca de US\$ 27 bilhões. Já o comércio Brasil-BRICS passou de US\$ 10 bilhões em 2003 para US\$ 96 bilhões em 2011²⁵.

Terceira Cúpula

A Terceira Cúpula dos BRICS, realizada em Sanya, na China, em 14 de abril de 2011, oficializou o ingresso da África do Sul, que havia sido previamente definido na Reunião de Chanceleres do foro, em setembro de 2010, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU). O ingresso ampliou a representatividade dos países do grupo, consolidando-o como um foro político-diplomático integrado por representantes de quatro continentes. Note-se que o próprio autor do acrônimo, Jim O'Neill, saiu dos seus cuidados para registrar sua contrariedade com essa evolução do BRIC, quando escreveu: *"When I created the acronym, I had not expected that a political club of the leaders of the BRIC countries would be formed as a result. In that regard, the purposes of the two might be regarded differently and more so after this news [incorporação da África do Sul]"*.²⁶

A terceira reunião de líderes avançou na consolidação do mecanismo em seus dois pilares de atuação: a coordenação em foros multilaterais sobre temas de interesse comum e a construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS. Fortaleceu-se a cooperação setorial em áreas como agricultura,

²⁵ Para comércio Brasil-BRICS, ver página do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576>>.

²⁶ O'NEILL, Jim. South Africa as a BRIC? *Investment Week*, 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.investmentweek.co.uk/investment-week/opinion/1935362/jimoneill-south-africa-bric>>.

estatística e de bancos de desenvolvimento, e foram abertas novas vertentes de atuação na área de ciência e tecnologia e no campo da saúde, entre outros. Associados à Cúpula, realizaram-se o Seminário de *Think Tanks*, em Pequim; o 2º Foro Empresarial dos BRICS, em Sanya; e o Encontro de Bancos de Desenvolvimento dos BRICS, igualmente em Sanya. À margem da Terceira Cúpula, realizou-se também reunião dos Ministros do Comércio dos BRICS, para discutir os rumos da Rodada de Doha.

Na esfera política, em 2011, todos os países do grupo estiveram no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que ampliou o espaço de coordenação e consulta em temas candentes da agenda do Conselho, como a questão da Líbia. A reunião de Chanceleres à margem da AGNU, em setembro de 2011, aprofundou o diálogo político na defesa da promoção da democratização do sistema internacional; promoveu debate sobre o Oriente Médio e Norte da África; abordou as Conferências COP 17 (Durban, dezembro de 2011) e Rio+20 (Brasil, junho de 2012); reiterou apoio ao ingresso na Rússia na OMC; e reafirmou a importância de ser completada a reforma das instituições financeiras internacionais. Ainda no que diz respeito à coordenação em temas políticos, realizou-se em Moscou, em 24 de novembro, reunião de Vice-Ministros para tratar da situação no Oriente Médio e Norte da África, o que resultou em uma Declaração abrangente sobre temas como a situação política na Síria, na Líbia e no Iêmen; o conflito Árabe-Israelense; e o programa nuclear iraniano. Os participantes da reunião ressaltaram a legitimidade das aspirações dos povos da região por maiores direitos políticos e sociais. O papel do Conselho de Segurança da ONU foi enfatizado, uma vez que ele detém a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais.

Conclusão

Nos poucos anos decorridos desde sua conformação (a primeira Cúpula foi realizada há menos de três anos), os BRICS já deram mostras de sua capacidade de influência na reforma da governança global. Na esfera econômica, sua atuação com vistas à reforma das instituições financeiras internacionais não apenas fez justiça (ainda que parcial) ao peso econômico de seus integrantes, como também favoreceu os interesses de outros países em desenvolvimento. No plano político, aprofunda-se o diálogo e a concertação em temas de interesse comum, como a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, combate ao terrorismo internacional, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza,

mudança climática e cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio, entre outras questões.

Os BRICS também obtiveram êxito na construção de uma agenda própria de cooperação, especialmente na promoção do comércio intra-BRICS, por meio dos Fóruns Empresariais organizados no âmbito das Cúpulas; na ampliação do conhecimento entre as sociedades dos cinco países, por meio do Fórum Acadêmico e do Foro de Cidades-Irmãs; na busca de mecanismos inovadores de estímulo ao comércio e aos investimentos, por meio da aproximação entre os bancos de desenvolvimento dos países que compõem. Destaco, ainda, a cooperação que se está desenvolvendo em áreas como agricultura, saúde e ciência e tecnologia.

No momento em que este texto está sendo escrito, estão em curso os preparativos para a Quarta Cúpula dos BRICS, a se realizar em Nova Delhi, em 29 de março de 2012. A agenda para o encontro não deixará de dedicar grande atenção à área econômica, uma vez que os efeitos da crise na Zona do Euro já afetam os países em desenvolvimento. A preocupação com a crise europeia e com os destinos da economia mundial motivou, inclusive, encontro de Chefes de Estado e Governo dos BRICS, realizado por iniciativa brasileira, à margem da Cúpula do G20 em Cannes, em novembro de 2011, e poderá ocorrer novo encontro desse nível também no contexto da Cúpula do G20, no México. Assim, a Quarta Cúpula dos BRICS constituirá oportunidade para o diálogo sobre o papel dos seus cinco países na retomada do crescimento econômico mundial. A agenda do encontro, contudo, não se restringirá a temas econômicos, incluindo o diálogo político em temas como paz e segurança internacionais, a reforma das instituições de governança global, a promoção do desenvolvimento sustentável (com ênfase na realização da Rio+20), os desafios à urbanização, a biodiversidade, entre outros temas de interesse mútuo.

Após a Quarta Cúpula, a África do Sul já se prepara para sediar o encontro dos Chefes de Estado e de Governo em 2013, dando continuidade ao processo de aprofundamento e de consolidação do grupo como mecanismo político-diplomático.

Ao refletir sobre as percepções que o bloco suscita, mencionadas no início do texto, uma observação torna-se necessária. Os BRICS não se formam contra os interesses de outros países. Não buscam um jogo de soma zero, mas sim uma situação “*win-win*”, o que, a propósito, tem caracterizado a tradição diplomática brasileira. Como costumava dizer o Barão de Rio Branco, “as combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão

sempre as melhores”²⁷. Nas palavras da Presidenta Dilma Rousseff, proferidas durante a Cúpula de Sanya, “os BRICS não se organizam contra nenhum grupo de países. Na verdade, trabalhamos por mecanismos de cooperação e governança global sintonizados com o século 21”²⁸. Assim, o grupo está aberto ao diálogo e à cooperação com outros países extra-BRICS e com organizações internacionais, conforme registrado na Declaração de Sanya.

Os países do grupo não se bastam, e não constituem um condomínio de poder nos moldes de outros “Gs” conhecidos. Não se trata de uma coalizão ou aliança nos moldes oligárquicos, mas de uma associação de países que representam quase metade da população do planeta e parcela crescente da economia mundial, e que entende sua responsabilidade na construção de uma ordem internacional renovada. Como afirmou o Ministro Amorim:

Essas novas organizações, tanto o BRIC quanto o IBAS, estão ajudando a transformar o mundo. Mas não de uma maneira que eles se tornem uma nova aristocracia. Não queremos ser uma elite dos países emergentes. Nem queremos trocar uma velha aristocracia do G8 por uma outra aristocracia. O que queremos é contribuir para criar um mundo mais democrático, um mundo em que a voz de todos seja ouvida. Esse é o grande papel que o BRIC e o IBAS podem realizar²⁹.

Essa percepção parece ser compartilhada por outros importantes atores da comunidade internacional. É emblemática a afirmação do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Guido Westerwelle, de que os BRICS não são importantes apenas em termos econômicos, constituindo parceiros necessários para soluções globais:

através da sua ascensão econômica, esses países cresceram politicamente; sem eles, nós não podemos negociar quaisquer soluções globais. Nem a Europa e os EUA juntos poderiam consegui-lo. Sua ascensão modifica fundamentalmente a política mundial. As diretrizes antigas balançam e uma nova ainda não surgiu, mas reconhece-se seus contornos³⁰.

²⁷ RICUPERO, Rubens. Folha de S.Paulo, 16 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1611200309.htm>>.

²⁸ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/declaracao-a-imprensa-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-3a-cupula-dos-brics>>.

²⁹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-04-15/para-amorim-paises-do-bric-nao-querem-ser-nova-%E2%80%9Caristocracia%E2%80%9D-mundial>>.

³⁰ Discurso proferido em 29 de agosto de 2011, em Berlim, durante Conferência de Embaixadores do Auswärtiges Amt.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul unem-se pela democratização das relações internacionais, pelo fortalecimento do multilateralismo, e pela promoção do desenvolvimento.

É bem verdade que os cinco países têm formações históricas e matrizes culturais distintas, mas, talvez por isso mesmo, possam gerar um novo paradigma de atuação internacional, como sugere o Ministro Celso Amorim: “Os BRICS são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional”³¹.

Anexo: eventos no âmbito dos BRICS (2006-2012)

2012

- Reunião informal dos BRICS durante a 130ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (Genebra, 19 de janeiro)

2011

- Encontro de Ministros do Comércio dos BRICS, à margem da 8ª Reunião Ministerial da OMC (Genebra, 14 de dezembro)
- Reunião do GT sobre acesso a medicamentos dos BRICS às margens da 29ª Reunião do Comitê-Gestor da UNAIDS (Genebra, 13 de dezembro)
- Encontro para discutir o estabelecimento do Grupo de Contato para Assuntos Econômicos e Comerciais dos BRICS (Pequim, 2 de dezembro)
- 1ª Conferência de Cidades-Irmãs e Governos Locais dos BRICS (Sanya, 2 e 3 de dezembro)
- Reunião de Vice-Ministros de Relações Exteriores dos BRICS sobre a situação no Oriente Médio e no Norte da África (Moscou, 24 de novembro)
- Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos BRICS à margem da Cúpula do G20 (Cannes, 3 de novembro)
- 2ª Reunião dos Ministros de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário dos BRICS (Chengdu, 30 de outubro)
- 2ª Reunião do GT de Cooperação Agrícola (Chengdu, 29 de outubro)
- 3ª Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos dos BRICS (Pequim, 25 de setembro)

³¹ Revista *Economía Exterior* (Espanha), primavera de 2010.

- 4ª Reunião de Chanceleres em paralelo à 66ª AGNU (Nova York, 23 de setembro)
- Reunião dos Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais dos BRICS, à margem da Reunião Anual do FMI e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Washington, 22 de setembro)
- Encontro de Ministros da Saúde dos BRICS sobre prevenção e controle das doenças não transmissíveis, à margem do “UN High Level Meeting on Non-communicable Diseases” (Nova York, 20 de setembro)
- 2ª Conferência Internacional sobre Concorrência dos BRICS (Pequim, 21 de setembro)
- Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia & inovação (Dalian, 15 de setembro)
- Encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura dos BRICS (Pequim, 3 a 6 de agosto)
- Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS (Pequim, 11 de julho)
- Encontro dos Presidentes dos Bancos de Desenvolvimento dos BRICS, à margem do 15º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, e assinatura de Memorando de Entendimento (São Petersburgo, 17 de junho)
- 2º Encontro de Cooperativas dos BRICS (Pequim, 14 de junho)
- Encontro dos Chefes de Delegação dos países dos BRICS, à margem da 2ª Cúpula do G20 Parlamentar (Seul, 19 de maio)
- Reunião de Cidades Parceiras dos BRICS, em que foi formalizada a cooperação entre Rio de Janeiro, São Petersburgo, Mumbai e Quingdao (Quingdao, 18 de maio)
- Encontro de Ministros da Saúde dos BRICS, à margem da 64ª Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 17 de maio)
- 3ª Cúpula dos BRICS (Sanya, 14 de abril)
- 2º Encontro Empresarial dos BRICS (Sanya, 13 e 14 de abril)
- Encontro dos Bancos de Desenvolvimento dos BRICS, bem como Seminário Financeiro (Sanya, 13 de abril)
- Reunião dos Ministros de Comércio dos BRICS (Sanya, 13 de abril)
- 2º Seminário de *Think Tanks* dos BRICS (Pequim, 24 e 25 de março)
- Encontro dos Ministros das Finanças dos BRICS à margem de reunião do G20 (Paris, 19 de fevereiro)
- Reunião de coordenação dos institutos estatísticos (Pequim, 19 a 21 de janeiro)

2010

- Cerimônia de inauguração do BRIC Policy Center – Centro de Estudos e Pesquisas BRIC (Rio de Janeiro, 10 de dezembro)
- 2ª Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC (Rio de Janeiro, 29 e 30 de novembro a 1º de dezembro)
- Reunião de Representantes dos Bancos de Desenvolvimento dos BRICS (Londres, 11 e 12 de outubro)
- Reunião do BRIC à margem do Encontro Internacional de Funcionários de Alto Nível Responsáveis por Assuntos de Segurança (Sochi, 5 e 6 de outubro)
- 5ª Reunião Ministerial do BRIC à margem da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 21 de setembro)
- 2ª Cúpula do BRIC (Brasília, 15 de abril)
- Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril)
- 1º Encontro de Cooperativas do BRIC (Brasília, 15 e 16 de abril)
- Fórum Empresarial IBAS+BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril)
- Seminário de *Think Tanks* do BRIC (Brasília, 14 e 15 de abril)
- Encontro de Bancos de Desenvolvimento do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril)
- Reunião de Coordenadores/*Sherpas* do BRIC (Brasília, 13 de abril)
- Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC (Moscou, 26 de março)
- 1º Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC (Brasília, 1 a 12 de março)
- Seminário “Uma Agenda para os BRIC”, organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (22 e 23 de fevereiro)
- 1ª Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU (Nova York, 22 de fevereiro)
- Reunião de “*sherpas* financeiros” em paralelo ao encontro do G20 (Cidade do México, 14 de janeiro)

2009

- Reunião ministerial de coordenação do BRIC preparatória para a Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial (Istambul, 6 e 7 de outubro)
- Reunião de Ministros da Fazenda do BRIC na Cúpula do G20 Financeiro (Pittsburgh, 24 e 25 de setembro)

- Reunião Ministerial do BRIC à margem da 64^a AGNU (Nova York, 24 de setembro)
- Reunião de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em coordenação prévia ao encontro dos homólogos do G20 (Londres, 4 de setembro)
- 1^a Cúpula do BRIC (Ecatimburgo, 16 de junho)
- Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Moscou, 28 a 30 de maio)
- 2^o Encontro de Ministros das Finanças do Grupo BRIC (Horsham, 13 de março)

2008

- 1^o Encontro de Ministros de Finanças do Grupo BRIC (São Paulo, 7 de novembro)
- 3^a Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 63^a AGNU (Nova York, setembro)
- Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo BRIC por ocasião da Cúpula do G8 (Hokkaido, 9 de julho)
- 1^a Reunião Ministerial do Grupo BRIC (Ecatimburgo, 15 e 16 de maio)
- 1^a Reunião de Vice-Ministros do Grupo BRIC (Rio de Janeiro, 10 e 11 de março)

2007

- 2^a Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 62^a AGNU (Nova York, 24 de setembro de 2007)

2006

- 1^a Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61^a AGNU (Nova York, Setembro de 2006)

